

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: O INDICADOR DE LIQUIDEZ E SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES¹

RIBEIRO, Shara Cristina²

RESUMO

O indicador de liquidez é o quociente que retrata a capacidade de pagamento das obrigações que a entidade possui. Através deste indicador, a entidade terá informações relevantes para a tomada de decisões financeiras. Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a relevância do indicador de liquidez para o processo de tomada de decisão, com base na situação financeira da entidade. Essa pesquisa visa responder a seguinte situação problema: Como o indicador de liquidez, dentro de uma análise de balanço, pode auxiliar o gestor da entidade no processo de tomada de decisão? Portanto, a metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica visando perceber o “estado da arte” da temática. Os principais referenciais teóricos usados foram: Almeida, Marion, Alves e Laffin. Assim, conclui-se, que o indicador de liquidez é de suma importância para auxiliar o gestor na tomada de decisão. Com os relatórios que apresenta a situação financeira das entidades, apresentando o quanto possuem de obrigações com terceiros, e quanto têm para liquidá-las.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Indicador de liquidez. Tomada de decisão.

ABSTRACT

The liquidity indicator is the quotient that shows the ability to pay the obligations that the entity has. Through this indicator, the entity will have relevant information for making financial decisions. Therefore, the objective of this article is to analyze the relevance of the liquidity indicator for the decision-making process, based on the entity's financial situation. This research aims to answer the following problem situation: As the liquidity indicator, within a balance sheet analysis, can assist the entity manager in the decision-making process? The applied methodology is bibliographic research aiming to understand the “state of the art” of the theme. The main theoretical references used were: Almeida, Marion, Alves and Laffin. It is concluded that the liquidity indicator is extremely important to assist the manager in decision making. With the reports that presents the financial situation of the entities, showing how much they have obligations with third parties, and how much they have to settle them.

Keywords: Accounting statements. Liquidity indicator. Decision making.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pela discente Shara Cristina Ribeiro sob a orientação do professor Esp. Ivan Darley de Oliveira Sousa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no primeiro semestre de 2020, na Faculdade de Inhumas FacMais.

² Acadêmica do VIII Período do Curso de Ciências Contábeis da FacMais.
E-mail: shara.c1812@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que visa transformar dados presentes nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Patrimonial, entre outras em informações para auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Essa técnica é usada para avaliar o desempenho econômico e financeiro das organizações, apontando os pontos positivos e negativos das políticas adotadas. A análise, sendo realizada de forma horizontal, pode apresentar tendências sobre a operação da entidade, além de verificar, na atualidade, sobre a situação econômica e financeira.

Pretende-se, neste artigo, analisar a relevância do indicador de liquidez para as entidades. Logo, este trabalho propõe examinar a relevância do indicador de liquidez no processo de tomada de decisões, com base na situação financeira da entidade.

Para atingir o objetivo desse artigo destaca-se os objetivos específicos, a fim de definir e contextualizar as demonstrações contábeis e suas respectivas análises, descrever o processo de análise por indicador, apresentar definição de liquidez, apresentar a análise de liquidez e suas interpretações, demonstrar a aplicabilidade do indicador de liquidez no processo de tomada de decisões gerenciais e exemplificar a análise de indicadores econômicos e financeiros, tendo como base, um conjunto de demonstrações contábeis desenvolvido pela autora, que evidencia uma melhor visualização da técnica.

Neste íterim, este artigo consiste, ainda, em um esforço, esboçar o sentido de reconstrução do conhecimento sobre Contabilidade Gerencial e pretende contribuir para a compreensão de certos parâmetros que nortearam o conhecimento Contábil.

Ante o exposto, apresenta-se o problema da pesquisa: Como o indicador de liquidez, dentro de uma análise de balanço, pode auxiliar o gestor da entidade no processo de tomada de decisão?

Deste modo, a presente pesquisa justifica-se, socialmente, pela característica que o indicador de liquidez possui ao levantar dados financeiros que

subsidiar as tomadas de decisões. E ainda, esta pesquisa se justifica, cientificamente ao contribuir para o debate científico sobre essa temática.

Com o propósito de dar caráter científico ao artigo, a metodologia principal empregada será uma Pesquisa Bibliográfica. Severino (2016), define a pesquisa bibliográfica como aquela que apresenta os conceitos, dados ou categorias teóricas apresentados pelos pesquisadores da temática. Nesta pesquisa serão destacados os pontos convergentes e divergentes entre os autores.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A entidade, de uma forma geral, busca a evolução do seu patrimônio e, conseqüentemente, da sua operação. Isso pode ser dado como o reflexo cultural no qual é possível identificar o desejo de, cada vez mais, acumular patrimônio.

Para continuar exercendo o controle sobre esse patrimônio e suas variações é de grande importância a correta escrituração contábil e fiscal que culminaram nas demonstrações contábeis - também conhecidas como demonstrações financeiras.

Alves e Laffin (2018, p. 14), apresentam as demonstrações contábeis como sendo “uma estrutura da situação patrimonial e financeira da entidade, evidenciando o desempenho ocorrido dentro de um período específico”.

Almeida (2019), em contraponto, diverge parcialmente do conceito de Alves e Laffin (2018), pois trata as demonstrações contábeis como eventos que podem ser determinados de forma monetária, e acrescenta que as demonstrações contábeis são aplicadas nos cálculos dos índices econômicos e financeiros da entidade.

Normatizando, tal conceito é visualizado no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 R1, a definição de demonstrações contábeis e seus objetivos para as entidades:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. (CPC 26 R1, 2011, p. 06)

A análise das demonstrações contábeis visa transformar dados presentes nas Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Patrimonial, entre outras em informações para auxiliar os gestores na tomada de decisão, destacando ainda, os pontos positivos e negativos das políticas adotadas pelas entidades.

Silva (2019) explica que a análise das demonstrações contábeis é uma técnica usada na coleta de dados das demonstrações, com o objetivo na apuração dos indicadores que demonstram a situação financeira, patrimonial e econômica das entidades.

Analisando a mesma temática Lins e Filho (2012) apresentam também, uma definição para o tema e esta por sua vez, converge com Silva (2019) ao destacar que a análise das demonstrações contábeis, possuem um importante papel no processo decisório, visto que apresenta o desempenho e as mudanças econômica e financeira das entidades.

Um dos principais objetivos da análise das demonstrações contábeis é traduzir em informações os dados relativos à situação econômica e financeira das entidades. Para essa finalidade é utilizada a análise por indicador.

Alves e Laffin (2018) explicam a importância da análise por indicador para as organizações:

A análise das demonstrações contábeis mediante indicadores financeiros e econômicos facilita o entendimento referente às informações constantes na demonstração contábil. Essa análise informa sobre os resultados empresariais com margem de segurança, facilitando o gerenciamento e aplicação orçamentária. (ALVES e LAFFIN, 2018, p. 20)

Silva (2019) dialoga com Alves e Laffin (2018), ao dizer que a análise por indicadores mostra o desempenho econômico e financeiro da entidade e acrescenta a situação patrimonial apresentada também pela mesma análise.

Lins e Filho (2012) complementa a definição dada pelos autores, e supra ao expor que “a análise através de indicadores permite um aprofundamento das informações contidas nas demonstrações contábeis.”

A análise por indicador traz as informações mais claras e objetivas aos

gestores, auxiliando-os na tomada de decisão, pois é através desta análise que se obtém relatórios financeiros, econômicos e patrimoniais de forma que facilitará a compreensão das demonstrações contábeis.

Os dados extraídos das demonstrações contábeis são analisados para gerar informações aos gestores das entidades. Com base nisso e no tema do presente artigo, vale destacar o principal indicador que auxilia na análise financeira do patrimônio da entidade: O indicador de liquidez.

O indicador de liquidez é o quociente que retrata a capacidade de pagamento das obrigações que a entidade possui. Para Braga (2009, p.176) “os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros.”

Assim, Lins e Filho (2012) convergem com Braga (2009) ao exporem que os indicadores de liquidez, além do indicador de solvência, apontam em especial a capacidade financeira da entidade.

Portanto, a capacidade financeira de uma entidade diz respeito a quanto a mesma possui para saldar suas obrigações com terceiros e ainda ter caixa disponível.

Tradicionalmente, os indicadores de liquidez são divididos em: liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata. A referência “tradicionalmente” se dá pelo fato desse indicador pode ser mutável conforme a informação buscada pela entidade, por exemplo, a liquidez de curto prazo da entidade com recursos específicos da rubrica de Clientes a Receber.

Liquidez geral ou total é usada quando a entidade deseja realizar uma análise financeira no longo prazo, ou seja, ela demonstra através do indicador a quantidade de recursos que a entidade tem em relação ao capital de terceiros (obrigações com terceiros).

Já, Marion (2012, p. 262) descreve que a liquidez geral “mede quanto a empresa possui de recursos não aplicados em Ativos Permanentes para cada real de dívida.”

Todavia, para melhor compreender a definição tratada por Marion, supracitado, é importante compreender que “Ativos Permanentes” são as contas contábeis que possui natureza duradoura com a finalidade de manter o

funcionamento normal da entidade, esse grupo de contas foi extinto em 2008 no Brasil, passando a ser “Ativo Não Circulante”.

De acordo com a Lei 6404/76, o Ativo Não Circulante é “composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”

Diante dessas mudanças, conforme Silva (2019, p. 146), o indicador de liquidez geral passou a ser obtido através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{(\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo})}{(\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante})}$$

Portanto, é importante destacar que, ainda de acordo com a Lei 6404/76, o Ativo Realizável a Longo Prazo não comporta os Investimentos, Ativo Imobilizado e Intangível, sendo, portanto, compreendido de:

direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia. (BRASIL, 1976, art. 79, II)

A fórmula da liquidez geral demonstra quanto de ativo circulante somado ao realizável à longo prazo a entidade possui para cada R\$ 1,00 de obrigações com capital de terceiros, que são de curto e longo prazo.

Com isso a entidade e, conseqüentemente, o gestor terão informações que possibilitam a tomada de decisão com base em recursos e exigíveis de prazos mais longos, ou seja, mesmo que a entidade não tenha recursos de curto prazo para liquidação da dívida com terceiros, este indicador irá demonstrar que num prazo maior a entidade poderá ou não ser capaz de honrar suas dívidas.

Liquidez corrente ou comum refere-se à capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo que a entidade possui. Geralmente é um dos indicadores que mais chamam a atenção em um processo de análise de demonstrações contábeis, pois retrata uma realidade que considera recursos e exigíveis de curto prazo da entidade.

Deste modo, Silva traz a seguinte definição para o Indicador de Liquidez:

Esse índice demonstra quanto a empresa possui em dinheiro, em bens e em direitos realizáveis no curto prazo, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. É o índice mais utilizado para medir a situação (saúde) financeira das empresas. (SILVA, 2019, p. 147)

Lins e Filho (2012) dialoga com Silva (2019), ao afirmar que a liquidez corrente demonstra a capacidade que a entidade possui para sanar suas obrigações financeiras de curto prazo.

Para mensurar a liquidez corrente da entidade,

Silva (2019, p. 147) utiliza a seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

O resultado do cálculo da liquidez corrente indica quanto a entidade possui de ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (obrigações com terceiros em curto prazo).

É importante destacar que é considerado “curto prazo” todo o patrimônio que seja realizável ou exigível até o final do exercício social seguinte. Assim, a liquidez seca ou prova ácida mostra a capacidade que a entidade possui para pagamentos em curto prazo desconsiderando o estoque.

Martins, Miranda e Diniz (2019, p.107) abordam que “o índice de liquidez seca, mostra a parcela das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que poderiam ser pagas pela utilização de itens de maior liquidez no ativo circulante, basicamente disponível e contas a receber.”

Ainda na mesma temática Alves e Laffin (2018) converge com Martins, Miranda e Diniz (2019), ao exporem que a liquidez seca demonstra a capacidade de pagamento que a entidade possui no curto prazo, desconsiderando os estoques.

Silva (2019, p. 146) demonstra a fórmula para calcular a liquidez seca:

$$LS = \frac{(\text{Ativo circulante} - \text{Estoques})}{\text{Passivo circulante}}$$

Os cálculos desse índice indicam quanto que a entidade possui de Ativo Circulante, excetuando os Estoques, para cada R\$ 1,00 do Passivo Circulante.

Sobre o exposto, é possível constatar que a liquidez seca representa uma melhoria na análise proposta pela liquidez corrente. Bem como, na liquidez seca a entidade apresenta uma análise financeira desconsiderando a liquidação imediata do seu estoque, uma vez que este é algo necessário para a operação da mesma.

Destarte, a liquidez imediata ou instantânea consiste na capacidade que a entidade possui frente as suas dívidas de curto prazo com recursos estritamente do “Caixas e Equivalentes de Caixa”.

Para melhor compreensão, vale destacar que se considera equivalente de caixa as contas correntes bancárias e as aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer momento, ou seja, que é rapidamente convertida em montante de caixa e possua elevada liquidez.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 03 R2, define que para um bem ser considerado um equivalente de caixa é necessário ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Almeida (2019, p. 126) afirma que “esse índice indica quanto a entidade possui de recursos disponíveis de imediato para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (dívidas com vencimento de até doze meses após a data do balanço patrimonial).”

Conforme Silva (2019, p. 145) liquidez imediata é calculada pela fórmula:

$$LI = \frac{\text{Caixas e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo circulante}}$$

Com tal característica, o cálculo desse índice indica quanto a entidade possui disponível de imediato para cada R\$ 1,00 do passivo circulante.

É interessante destacar que, para alguns analistas, não é conveniente para a entidade que o indicador de liquidez imediata seja muito superior a 1 ou de 100% (conforme unidade de medida utilizada).

Isso se dá pelo fato de que recursos imediatos não geram tanto recurso para a entidade quanto aplicações de longo prazo, ou seja, é importante que a entidade possua recursos imediatos, entretanto liquidez imediata elevada excessivamente pode representar recursos financeiros mal aplicados.

De modo igual, o gestor da entidade deverá definir, conforme operação da mesma, qual o indicador satisfatório para que a entidade tenha condições de honrar suas obrigações e esteja, ainda, aplicando seus recursos da forma mais rentável.

O indicador de liquidez deve apresentar, de forma ampla, a situação financeira da entidade para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão.

Alves e Laffin (2018) expõem como uma empresa possui uma boa capacidade de liquidez ou solvência de suas obrigações:

Uma empresa é avaliada como solvente se apresentar segurança com relação ao pagamento das suas obrigações e mesmo assim permanecer com reserva de patrimônio significativo, evidenciando desse modo um bom cenário de lucro, garantindo a atuação empresarial no mercado por mais tempo. O índice de solvência indica se a empresa conseguirá pagar suas dívidas no longo prazo. (ALVES e LAFFIN, 2018, p. 34)

Marion (2012) acrescenta ao exposto por Alves e Laffin (2018) ao afirmar:

Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só. Assim, se a empresa tiver um Ativo Circulante (AC) de \$ 396.420 e um Passivo Circulante (PC) de \$ 198.210, fica um tanto difícil analisar sua exata capacidade de pagamento. (MARION, 2012, p.21)

O indicador de liquidez é utilizado pelos gestores no processo de tomada de decisão pelo fato de demonstrar a capacidade que as entidades possuem para saldar suas obrigações com terceiros e ainda auxilia os gestores na tomada de decisão de futuras transações.

3. ESTUDO DE CASO HIPOTÉTICO

O indicador de liquidez é imprescindível para o gestor conhecer a possibilidade de liquidar as obrigações de uma entidade, como também para seus colaboradores, investidores e fornecedores, visto que é através deste índice que é avaliada a capacidade de pagamento que essa entidade possui frente a seus compromissos.

Para uma melhor compreensão e visualização da relevância da análise de demonstrações contábeis para tomada de decisões foi feito um estudo de caso, exclusivamente para fins didáticos, no qual foram analisadas as demonstrações comparativas dos exercícios da empresa Automóveis do Barão LTDA.

A principal análise realizada, considerando o foco do presente artigo, foram os indicadores de liquidez, entretanto foi analisado, ainda, o giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e a rentabilidade do patrimônio líquido, em que são usados dados da demonstração do resultado do exercício (DRE).

Apesar desses outros indicadores não serem relacionados a liquidez da entidade são de grande importância para o processo de tomada de decisões relacionadas a situação econômica e financeira da entidade, pois analisam a capacidade em ambos os aspectos.

Portanto, é importante destacar que, apesar da entidade analisada se tratar de um caso hipotético, as demonstrações desenvolvidas pela autora respeitaram as normas contábeis vigentes, além dos preceitos definidos pelo método das partidas dobradas.

Salienta-se, ainda, que de forma a padronizar os cálculos realizados, todas as fórmulas utilizadas no estudo de caso são fundamentadas na literatura de Silva (2019), já apresentado.

Para possibilitar uma análise comparativa e, provavelmente, demonstrar uma tendência, foi desenvolvida uma demonstração comparativa de alguns exercícios, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS FINDO EXERCÍCIOS DE 2018, 2017 E 2016							
AUTOMÓVEIS DO BARÃO LTDA							
BALANÇO PATRIMONIAL							
CONTA CONTÁBIL	2018	2017	2016	CONTA CONTÁBIL	2018	2017	2016
ATIVO	788.705,55	437.689,10	275.453,00	PASSIVO - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	788.705,55	437.689,10	275.453,00
ATIVO CIRCULANTE	673.005,55	378.949,10	260.733,00	PASSIVO	299.231,93	187.178,83	165.204,59
CAIXAS E EQUIVALENTES	234.629,55	131.754,10	64.147,00	PASSIVO CIRCULANTE	201.171,93	187.178,83	89.264,59
CAIXAS	3.139,55	3.018,10	1.061,00	FORNECEDORES	70.380,00	81.960,00	43.745,24
CAIXA TESOUARIA	1.280,00	818,10	1.061,00	MATER. LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI	38.920,00	56.800,00	-
CAIXA DIRETORIA	1.859,55	2.200,00	-	GIART REVENDEDORA DE VEÍCULOS LTDA	29.200,00	21.200,00	39.600,00
BANCO CORRENTE	96.490,00	43.736,00	23.086,00	PONTO COM VEICULAR LTDA	2.260,00	2.960,00	2.600,00
BANCO DO BRASIL	16.210,00	14.560,00	3.200,00	AUTO SEGURADORA DO DENIS	-	1.000,00	1.545,24
BANCO BRADESCO	4.680,00	4.526,00	5.681,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	2.917,60	2.366,00	2.015,00
BANCO SANTANDER	64.400,00	16.050,00	7.605,00	SALARIOS E OBRIGADOS A PAGAR	1.520,00	1.200,00	1.000,00
BANCO SICOOB	11.200,00	8.600,00	6.600,00	PRO LABORE A PAGAR	976,00	820,00	700,00
BANCO CONTAPLICACAO	135.000,00	85.000,00	40.000,00	INSS A RECOLHER	300,00	250,00	235,00
BANCO DO BRASIL	135.000,00	85.000,00	40.000,00	FGTS A PAGAR	121,60	96,00	80,00
CRÉDITOS	153.401,00	90.195,00	84.550,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	16.654,33	14.922,83	14.384,35
FATURAS A RECEBER	153.200,00	65.000,00	84.550,00	ISS A RECOLHER	457,83	335,88	317,83
JÓÃO DA SILVA	20.000,00	35.000,00	40.000,00	ICMS A RECOLHER	3.615,60	3.473,94	3.407,40
MARTA GUTEMBERG	132.000,00	-	8.950,00	PIS A RECOLHER	385,93	357,28	348,93
PEDRO PAULO PEREIRA	1.200,00	10.000,00	-	CORFINS A RECOLHER	1.781,20	1.649,00	1.610,45
MARCOS PAULO JACINTO	-	20.000,00	35.600,00	IR PJ A PAGAR	3.814,08	3.564,78	3.485,36
CRÉDITO TRIBUTÁRIO	201,00	195,00	-	CSLL A PAGAR	6.304,69	5.391,94	5.214,37
ICMS A RECUPERAR	-	-	-	IR RF A RECOLHER	295,00	150,00	-
INSS A RECUPERAR	201,00	195,00	-	EMPREST. E FINANCA CURTO PRAZO	111.220,00	87.930,00	29.120,00
ADIANTAMENTOS	-	25.000,00	-	BANCO SANTANDER	70.000,00	50.000,00	24.000,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	-	25.000,00	-	BANCO DO BRASIL	50.000,00	35.600,00	12.000,00
ESTOQUES	284.975,00	157.000,00	112.036,00	CAIXA ECONOMICA	-	12.100,00	-
ESTOQUE PARA REVENDA	282.800,00	155.000,00	110.000,00	(-) JUR OS PASSIVOS	- 8.780,00	- 9.770,00	- 6.880,00
VEÍCULOS PARA REVENDA	282.800,00	155.000,00	110.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	98.060,00	-	75.940,00
ESTOQUE PARA USO E CONSUMO	2.175,00	2.000,00	2.036,00	EMPREST. E FINANCA LONGO PRAZO	98.060,00	-	75.940,00
MATERIAL ELETRICO	1.650,00	2.000,00	1.680,00	BANCO DO BRASIL	60.600,00	-	50.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA	525,00	-	356,00	BANCO SANTANDER	50.000,00	-	35.600,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	115.700,00	58.740,00	14.720,00	(-) JUR OS PASSIVOS	- 12.540,00	-	- 9.660,00
INVESTIMENTOS	58.000,00	8.000,00	5.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	489.473,62	250.510,28	110.248,41
QUOTAS DE CAPITAL	48.000,00	8.000,00	5.000,00	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	250.000,00	140.000,00	100.000,00
SICOOB	8.000,00	8.000,00	5.000,00	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	250.000,00	200.000,00	200.000,00
PITOG DO BARÃO LTDA	40.000,00	-	-	ANTÔNIO BARÃO MACHADO	125.000,00	100.000,00	100.000,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	10.000,00	-	-	MARIATEREZA BARÃO MACHADO	125.000,00	100.000,00	100.000,00
PITOG DO BARÃO LTDA	10.000,00	-	-	(-) CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	-	- 60.000,00	- 100.000,00
ATIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO	57.700,00	50.740,00	9.720,00	(-) ANTÔNIO BARÃO MACHADO	-	- 30.000,00	- 50.000,00
ATIVO IMOBILIZADO	73.400,00	63.200,00	10.800,00	(-) MARIATEREZA BARÃO MACHADO	-	- 30.000,00	- 50.000,00
VEÍCULOS	60.200,00	50.600,00	-	RESERVAS	239.473,62	110.510,28	10.248,41
MOVEIS E UTENSÍLIOS	3.200,00	2.600,00	2.600,00	RESERVAS DE LUCRO	439.473,62	270.510,28	140.848,41
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	10.000,00	10.000,00	8.200,00	RESULTADO DO EXERCÍCIO	229.547,14	130.130,93	140.848,41
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	- 15.700,00	- 12.460,00	- 1.080,00	RESULTADO ACUMULADO	209.926,48	140.379,34	-
(-) DEP AC UM VEÍCULOS	- 12.040,00	- 10.120,00	-	(-) LUCROS DISTRIBUÍDOS	- 200.000,00	- 160.000,00	- 130.600,00
(-) DEP AC UM MOVEIS E UTENSÍLIOS	- 840,00	- 520,00	- 260,00	(-) ANTÔNIO BARÃO MACHADO	- 100.000,00	- 80.000,00	- 65.300,00
(-) DEP AC UM COMPUTADORES	- 2.820,00	- 1.820,00	- 820,00	(-) MARIATEREZA BARÃO MACHADO	- 100.000,00	- 80.000,00	- 65.300,00

Fonte: Elaborada pela autora

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				NOTA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
	2018	2017	2016	
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	712.480,00	659.600,00	644.180,00	* Estas demonstrações financeiras não possuem valor fiscal.
REVENDA DE CARROS	602.600,00	578.990,00	567.900,00	* O valor destas demonstrações é estritamente acadêmico. Os preceitos fiscais e societários foram respeitados em sua elaboração
COMISSÃO DE VENDAS	109.880,00	80.610,00	76.280,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	- 74.886,72	- 69.793,18	- 68.215,37	
(-) ISS	- 5.494,00	- 4.030,50	- 3.814,00	
(-) ICMS	- 43.387,20	- 41.687,28	- 40.888,80	
(-) PIS	- 4.631,12	- 4.287,40	- 4.187,17	
(-) COFINS	- 21.374,40	- 19.788,00	- 19.325,40	
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	637.593,28	589.806,82	575.964,63	
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	- 258.620,80	- 244.090,55	- 236.809,42	
(-) CUSTO DA ATIVIDADE DE REVENDA	- 241.040,00	- 231.596,00	- 227.160,00	
(-) CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO	- 17.580,80	- 12.494,55	- 9.649,42	
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	378.972,48	345.716,27	339.155,21	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	- 28.000,06	- 108.104,60	- 93.910,00	
(-) DESPESA ADMINISTRATIVA	- 18.314,06	- 100.519,60	- 87.120,00	
(-) ALUGUEL	- 38.636,58	- 38.368,00	- 35.200,00	
(-) AGUA E ENERGIA	- 3.951,47	- 3.924,00	- 3.600,00	
(-) INTERNET E TELEFONIA	- 2.634,31	- 2.616,00	- 2.400,00	
(-) DEPRECIACÃO	- 7.660,00	- 6.980,00	- 1.080,00	
(-) DESPESAS BANCÁRIAS	- 4.200,00	- 3.680,00	- 3.600,00	
(-) DESPESAS TRABALHISTAS E SOCIAIS	- 42.017,28	- 41.725,20	- 38.280,00	
(-) LANCHES E ALIMENTAÇÃO	- 3.248,98	- 3.226,40	- 2.960,00	
(-) DESPESA TRIBUTARIA	- 9.686,00	- 7.685,00	- 6.790,00	
(-) IPTU E ITU	- 1.486,00	- 1.305,00	- 1.100,00	
(-) IPVA, LICENCIAMENTO E SEGURO	- 8.200,00	- 6.280,00	- 5.690,00	
(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	350.972,42	237.611,67	245.245,21	
(-) PROVISÃO DE IRPJ E CSLL	- 121.425,28	- 107.480,74	- 104.396,80	
(-) IRPJ	- 45.768,96	- 42.777,41	- 41.824,32	
(-) CSLL	- 75.656,32	- 64.703,33	- 62.572,48	
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	229.547,14	130.130,93	140.848,41	

INHUMAS-GO 31 DE DEZEMBRO DE 2018.



ANTÔNIO BARÃO MACHADO
Sócio Administrador



LUIZ MARQUES MOREIRA
Contador

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme definido por Silva (2019, p. 146), a Liquidez Geral é calculada da seguinte forma:

$$LG = \frac{\text{(Ativo circulante + Realizável a longo prazo)}}{\text{(Passivo circulante + Passivo não circulante)}}$$

Diante da aplicação da fórmula supra no Balanço Patrimonial dos exercícios apresentados foi possível constatar que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” possui uma liquidez geral satisfatória e com tendência progressiva.

No exercício de 2016, a liquidez geral demonstrada foi de 1,58. Diante disso é possível constatar que para cada R\$ 1,00 (um real) em obrigação com terceiros, a entidade possui R\$ 1,58 (Um real e cinquenta e oito centavos) de recursos para liquidá-la. Desse modo a entidade demonstra que, mesmo em longo prazo, possui condições financeiras suficientes de honrar todas as obrigações com terceiros.

É importante destacar que, uma vez que a entidade não possui ativos realizáveis a longo prazo, todo o recurso realizável usado como base para o cálculo é de curto prazo (Ativo Circulante).

Como foi visto, é interessante para a entidade manter uma liquidez positiva demonstrando a capacidade de pagamento das suas obrigações, entretanto o gestor, nesse caso, deve verificar a possibilidade de alocar melhor recursos para que estes gerem melhores retornos para a entidade detentora do patrimônio.

A análise desse indicador pode demonstrar, ainda, um crescimento quando comparado com períodos futuros (Exercício de 2017 = 2,02 e Exercício de 2018 = 2,25). Isso mostra uma evolução na capacidade de liquidação das obrigações de longo prazo, entretanto, conforme já explanado, é possível que o gestor encontre aplicações de recursos com maior rentabilidade sem deter uma liquidez geral positiva.

Silva (2019, p. 147) apresenta a fórmula para o cálculo da liquidez corrente:

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Com a utilização da fórmula acima no Balanço Patrimonial dos exercícios exibido foi possível identificar que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” possui uma liquidez corrente suficiente e com possibilidades de aumentar gradativamente.

No exercício de 2016, a liquidez corrente evidenciada foi de 2,92. Assim, é possível verificar que para cada R\$ 1,00 (um real) obrigações com terceiros em curto prazo a entidade possui R\$ 2,92 (Dois reais e noventa e dois centavos) para liquidar seus compromissos. Dessa forma a entidade demonstra que, possui recursos de curto prazo para cumprir com suas obrigações com terceiros.

Sobre todo exposto, manter uma liquidez positiva, é importante para a entidade indicando que a mesma consegue cumprir com suas obrigações, contudo, o gestor, deve estar buscando melhores formas de trabalhar com os recursos para que se tenha bons retornos.

A análise do mesmo pode demonstrar, ainda, que houve uma pequena redução neste índice e logo após um aumento se comparado com períodos futuros

(Exercício de 2017 = 2,02 e Exercício de 2018 = 3,35). Demonstrando assim que mesmo com uma redução, a entidade possui capacidade de liquidar obrigações de curto prazo, contudo, o gestor deve encontrar melhores maneiras para alocar os recursos de formas que seja mais rentável.

Segundo Silva (2019, p. 146) a liquidez seca é calculada pela fórmula:

$$LS = \frac{\text{(Ativo circulante - Estoques)}}{\text{Passivo circulante}}$$

Com a aplicação da fórmula no Balanço Patrimonial da entidade “Automóveis do Barão LTDA” foi possível identificar que a mesma possui uma liquidez seca aceitável e com tendências de crescimento.

Por conseguinte, o exercício de 2016 demonstrou que a liquidez seca foi de 1,67. Constatando assim, que para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigação com terceiros, a entidade possui R\$ 1,67 (Um real e sessenta e sete centavos) de recursos para pagá-la. Entende-se que mesmo desconsiderando o estoque, a entidade possui recursos suficientes para saldar suas obrigações com terceiros no curto prazo.

Contudo, é importante para a entidade possuir seus índices positivos, evidenciando a capacidade que a mesma possui de cumprir com suas obrigações, o gestor deve examinar melhores formas de manter a entidade com boa capacidade de pagamento.

Com essa análise pode-se evidenciar, também, um declínio e um crescimento nos períodos futuros (Exercício de 2017 = 1,19 e Exercício de 2018 = 1,93). Isso mostra que a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo, que a entidade possui continua satisfatória mesmo com a redução no exercício seguinte.

De acordo com Silva (2019, p. 145), a liquidez imediata, é calculada com a fórmula:

$$LI = \frac{\text{Caixas e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo circulante}}$$

Utilizando-se dessa forma no Balanço Patrimonial da entidade “Automóveis do Barão LTDA” foi possível identificar que a mesma não possui uma liquidez imediata suficiente em dois dos exercícios apresentados, porém possui tendência progressiva.

No exercício de 2016, a liquidez imediata foi de 0,72. Com base nisso é possível constatar que para cada R\$ 1,00 (um real) em obrigação com terceiros, a entidade possui R\$ 0,70 (Setenta centavos) de recursos. Dessa forma, a entidade demonstra que não possui capacidade suficiente para pagar seus compromissos de curto prazo com terceiros utilizando apenas recursos do caixa e equivalentes de caixa.

Isto posto, é interessante para a entidade manter uma liquidez positiva e acima de R\$ 1,00 (um real), para ter a capacidade de pagar suas obrigações, nesse caso o gestor, deve verificar melhores formas de utilizar seus recursos para que os mesmos gerem retornos melhores para a entidade.

Com a análise desse indicador destaca-se, ainda, uma estabilidade e um crescimento nos exercícios futuros (Exercício de 2017 = 0,70 e Exercício de 2018 = 1,17). Demonstrando assim, que a entidade terá uma evolução na capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo com recursos de caixa e equivalentes de caixa, todavia é possível que o gestor encontre melhores formas de alocar os recursos tornando-os mais rentáveis e conseguir manter a liquidez imediata positiva.

De acordo com o exposto por Silva (2019, p. 154) a fórmula utilizada para o cálculo do giro do ativo é a que segue:

$$\text{Giro do ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas (ou Receita Líquida)}}{\text{Ativo total ou Ativo Médio}}$$

Aplicando a fórmula no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos exercícios apresentados foi possível verificar que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” possui um giro do ativo satisfatória, porém com tendência regressivo.

No exercício de 2016, o giro do ativo foi de R\$2,09. Dessa forma é possível demonstrar que para cada R\$ 1,00 (um real) de investimento feito pela entidade, a mesma vendeu R\$ 2,09 (Dois reais e nove centavos). Com isso, a entidade demonstra que os recursos foram bem utilizados.

Para a entidade é importante manter o giro do ativo acima de R\$ 1,00 (Um real) pois demonstra como está sendo utilizados os investimentos feitos na entidade, ou seja, como está a produtividade, porém, o gestor deve sempre procurar possibilidades de aplicar melhor os recursos para que possa ter um melhor retorno.

Através da análise desse indicador foi possível identificar uma redução quando comparado com períodos futuros (Exercício de 2017 = 1,35 e Exercício de 2018 = 0,81). Isso mostra que houve uma redução no estoque para revenda e por consequência nas vendas, como já foi exposto, é imprescindível que o gestor aplique melhor seus recursos para que a entidade tenha melhores retornos.

Silva (2019, p. 154) demonstra a fórmula para o cálculo da margem líquida:

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas (ou receita líquida)}} * 100$$

Com a utilização da fórmula acima no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos exercícios apresentados foi possível constatar que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” possui uma margem líquida satisfatória, e com tendência progressiva.

Durante o exercício de 2016, a margem líquida apresentada foi de 24,45%. Com isso constatou-se que para cada R\$ 100,00 (Cem reais) em vendas a entidade possui 24,45% (Vinte e quatro vírgula quarenta e cinco por cento) de lucratividade. Demonstrando assim que, a entidade possui um retorno satisfatório sobre as vendas.

Com a análise desse indicador apresenta, ainda, uma baixa e também um crescimento quando comparados com os períodos futuros (Exercício de 2017 = 22,06% e Exercício de 2018 = 36%). Isso demonstra que a entidade teve uma evolução na capacidade de gerar retorno sobre o que foi vendido.

Silva (2019, p. 156) expõe a fórmula utilizada para calcular a rentabilidade do ativo:

$$\text{Rentabilidade do ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio ou Total}} * 100$$

Ao utilizar a fórmula supra no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos exercícios apresentados demonstrou que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” possui uma rentabilidade do ativo aceitável, e com tendência de declínio.

Com o exercício de 2016, a entidade possuía 29,10% de rentabilidade do ativo. De forma que para cada R\$ 100,00 (Cem reais) de investimento total a entidade possui 51,13% (Cinquenta e um vírgula treze por cento) de lucro com relação ao ativo total. Apresentando, portanto, para a entidade um bom retorno sobre os investimentos feitos.

Com base na análise desse indicador é possível destacar, ainda que a entidade teve uma redução se comparados com períodos futuros (Exercício de 2017 = 29,73% e Exercício de 2018 = 29,10%). Dessa forma, foi possível perceber que a entidade teve uma redução nos seus lucros, é necessário que o gestor faça investimentos que sejam mais eficientes, que gere um retorno melhor para a entidade.

Conforme apresentado por Silva (2019, p. 157) a fórmula para calcular a rentabilidade do patrimônio líquido é:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio líquido} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido médio ou total}} * 100$$

Utilizando a fórmula citada no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos exercícios apresentados demonstrou que a entidade “Automóveis do Barão LTDA” apresenta uma rentabilidade do patrimônio líquido satisfatória e com tendência de redução.

No exercício de 2016 a entidade possuía 127,76% para os sócios da entidade, ou seja, para cada R\$ 100,00 (Cem reais) de capital próprio que a empresa investe, a entidade possui 127,76% (Cento e vinte e sete e setenta e seis por cento) de retorno para seus proprietários.

Todavia, na análise desse indicador foi constatado que teve uma grande redução quando comparado com períodos futuros (Exercício de 2017 = 51,95% e Exercício de 2018 = 46,90%).

Contudo, é possível perceber que mesmo com a redução que a entidade teve, a mesma ainda tem uma taxa de retorno satisfatória.

4. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente artigo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, com o intuito de mostrar o “estado da arte” da temática em questão. Severino (2016) define pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2016, p. 131)

A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas da área de indicador de liquidez para o processo de tomadas de decisão com base na situação financeira da entidade. As bibliografias foram buscadas na Biblioteca Física da FacMais (Biblioteca Cora Coralina), na Biblioteca Virtual da FacMais (Minha Biblioteca), no acervo particular do professor orientador, e também em textos científicos de base de dados gratuitos disponíveis na internet.

Após a coleta dos dados foi escrito o TCC, comparando as discussões teóricas com os resultados encontrados na pesquisa. O resultado da pesquisa foi apresentado em forma de gráficos, tabelas, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado e no objetivo deste artigo, de demonstrar a relevância do indicador de liquidez para a tomada de decisão, com base na situação financeira da entidade, foi possível perceber como é importante a análise do indicador de liquidez, gerando informações para auxiliar os gestores na tomada de decisão. O mesmo caracteriza a situação financeira das entidades, apresentando o quanto possuem de obrigações com terceiros, e quanto têm para liquidá-las.

O indicador de liquidez é uma análise feita nos dados extraídos das demonstrações contábeis para facilitar a compreensão dos gestores, donos e investidores de como está a situação financeira das entidades auxiliando assim uma tomada de decisão mais precisas.

Esse indicador é dividido em quatro - liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata -, eles devem ser analisados em conjuntos, pois um complementa o outro e assim o gestor tem informações mais completas sobre a situação e a evolução da entidade.

No estudo de caso hipotético realizado na entidade fictícia “Automóveis Barão LTDA”, foi possível constatar que, de uma forma geral, a mesma possui índices de liquidez satisfatórios para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, com tendências progressivas.

Os índices de rentabilidade feitos para complementar a análise indicaram que a entidade está com um alto nível de investimentos e o retorno não estava sendo o esperado, somente na margem líquida a tendência é de progressão, nas outras análises percebe-se que os índices estão caindo cada vez mais.

Nesse caso cabe ao gestor verificar a possibilidade de trabalhar melhor com seus recursos e investimentos, encontrar outras formas de venda, para ter melhores retornos com uma maior rentabilidade para a entidade.

Por fim, os relatórios feitos com os resultados das análises dos indicadores de liquidez, se faz necessário para auxiliar os gestores, que precisam de informações suficientes para tomar decisões de acordo com a capacidade e a necessidade da entidade.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Análise das demonstrações contábeis em IFRS e CPC: Facilitada e Sistematizada** São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análises das Demonstrações Financeiras** Porto Alegre: Sagah Educação S.A., 2018. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 25 mar. 2020

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 03 (R2). **Demonstração dos Fluxos de Caixa Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010)**. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1). **Apresentação das Demonstrações Contábeis Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011)**. Disponível em: http://static.coc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1rev%2006.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Interativa** São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 08 out. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em: 06 out. 2019.